

Resultado de Pesquisa

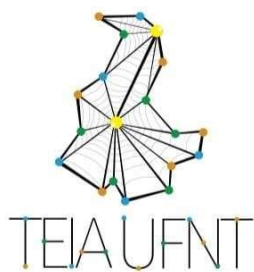
OS CONFLITOS POR TERRA DOS CAMPONESES/AS (2016-2021) NO NORTE/EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS: RESISTENCIA CONTRA OS ALGOZES

Raquel Sales de Sousa Costa, UFNT, EMAIL:
raquel.sales@mail.uff.edu.br

Alberto Pereira Lopes, UFNT, EMAIL- beto@uff.edu.br

I. Apresentação e Justificativa

O trabalho tem como base analisar os conflitos na Região Norte/ Extremo Norte do Tocantins em ênfase o Bico do Papagaio. Esta pesquisa abordará os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras, termo que engloba as mais diferentes categorias como camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais e ribeirinhos, que vivem em espaços rurais e utilizam-se da terra como da água para a sua sobrevivência e dignidade humana. Muitos desses trabalhadores rurais são vítimas de diversas violência tanto físicas quanto psicológicas como: tentativas de assassinato, despejo, tentativas de expulsão, ameaças de morte, tortura, ameaças de expulsão ou de bens destruídos e pistolagem entre outros.



Seminário Integrado Ciência e Sociedade

(Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

22 a 25 de novembro de 2022



Nesse sentido, é um trabalho que faz parte da área do conhecimento CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS APLICADAS E LETRAS do CNPq, além de ser um trabalho vinculado ao grupo de pesquisa de estudos agrários e direitos humanos. A violência tem se propagado por vários municípios tocantinenses é resultado de territorialização do capital pelo chamado agronegócio – expandem seus negócios para além do que lhes pertencem em busca do lucro, diante da concentração da terra e da riqueza. Diante desse aspecto encontra-se terras griladas como também terras ocupadas por posseiros, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas etc., neste segundo caso, são famílias que ocupam um pedaço de terra e passam a viver e trabalhar neste chão, como lhes pertencessem para sua própria sobrevivências.

Os grandes fazendeiros instalados na região alegam que a terra os pertence e que está regularizada dentro do Programa Terra Legal. No entanto, nem sempre estão regularizadas como aponta a CPT há sempre há manobras para regularizar as terras griladas para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário o legalize retirando os camponeses com desrespeito e violência.

II. Objetivos

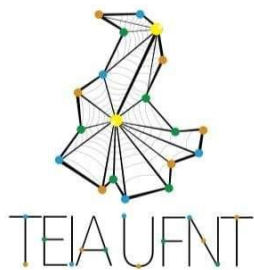
Objetivo Geral

Compreender o campo no norte do estado do Tocantins a partir da expansão das relações capitalistas e a apropriação concentrada da terra e a luta dos contrários como o camponês, o posseiro e as comunidades tradicionais que lutam pela conquista do seu território;

Objetivos específicos

- Analisar os conflitos fundiários na região norte do Tocantins e extremo norte (Bico do Papagaio) diante da territorialização do capital;
- Identificar os tipos de violência submetidos pelos os donos dos meios de produção aos camponeses posseiros, desterritorializando-as para acumulação do capital;
- Analisar os números da violência entre 2016-2021 e o papel do Estado e suas ações políticas repressivas em relação ao conflito entre trabalhadores e fazendeiros;

III. Metodologia



Seminário Integrado Ciência e Sociedade

(Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

22 a 25 de novembro de 2022



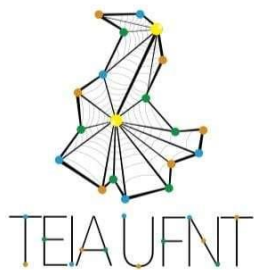
A pesquisa é de forma qualitativa e quantitativa diante dos fatos e locais que serão perceptíveis mediante a exploração dos acontecimentos, a partir de documentação e dados contidos nos cadernos de conflitos da CPT; Nesse sentido, a nossa pesquisa se encaixa na classificação exploratória de natureza explicativa no aperfeiçoamento das ideias e de caráter qualitativo e quantitativo. Para Gil (2008), a pesquisa que se encaixa nesta classificação, aperfeiçoa-se as ideias, além de se utilizar do método dialético que é flexível no contexto das descobertas e dos resultados. É um método de investigação da realidade, é um método não absoluto.

Como aponta Andrade (2003, p. 133): "[...]o método dialético é contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e algo que se desagrega e se transforma". As fontes bibliográficas servirão como base teórica na ótica do tema em estudo e partirá de periódicos, livros, os cadernos de conflitos da CPT, trabalho de conclusão de curso, dissertações, publicações avulsas, endereços eletrônicos etc. Desse modo, existe uma vasta literatura que tem se preocupado em discutir sobre a questão agrária no Brasil, e mostram a resistência dos camponeses em relação as políticas voltadas para a região norte desde o projeto de colonização da chamada fronteira agrícola criado pela ditadura militar.

IV. Resultados

A grande parte dos conflitos no campo brasileiro decorrem da má distribuição de terras, em que poucos detêm grandes extensões de terra. A área do Bico do Papagaio, por exemplo é uma região de intenso conflito desde da década de 1970 com a Guerrilha do Araguaia até os dias atuais diante da expansão da grande propriedade e o advento do agronegócio em áreas de domínio das comunidades tradicionais, posseiros, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, assentados etc.

Neste trabalho relata-se sobre a questão agrária no Brasil e seus problemas que ocorrem no campo brasileiro, diante da concentração de terras - gerando conflitos e assassinatos, os quais se tornam mais graves nas áreas de fronteiras agrícolas. Podemos mencionar que a concentração fundiária está relacionado com a desigualdade e a pobreza no meio rural.



Seminário Integrado Ciência e Sociedade

(Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

22 a 25 de novembro de 2022



Esta concentração fundiária brasileira teve início com a distribuição desigual de terras no período da colonização, e cresceu com a lei de terras de 1850, a terra tornando-se renda capitalizada.

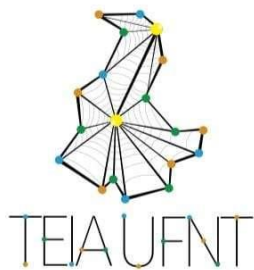
Para Fernandes (2008 p. 74) a questão agrária é uma questão territorial, e a "reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária ". A questão agrária segundo este autor, é um "problema estrutural do capitalismo " que causa desigualdades. Os conflitos fazem parte da questão agrária devido às relações de exclusão, expropriação, desigualdades causadas pelo capital.

As origens históricas do problema agrário, do modo como ele se apresenta, coincidem com as origens históricas do modelo socioeconômico do moderno capitalismo brasileiro, como afirma Prado Júnior (2000). Para Graziano da Silva (1980, p. 104), "o conflito agrário não advém apenas da maior liberdade de discuti-lo, mas também do fato de que o conflito agrário vem sendo agravado pelo modo como as relações capitalistas de produção no campo têm se expandido". Em outras palavras o modo como o país vem aumentando a sua produção agropecuária vai causando vários impactos negativos em relação a renda e ao emprego da população rural.

A região do Bico do papagaio se constitui por um campo fértil de análise em relação a pobreza, gerada pela expansão das grandes propriedades e pela ausência de serviços básicos de infraestrutura, saúde e educação. Também foi marcada por um episódio mais sangrentos dos conflitos fundiários no período Regime militar do país como a Guerrilha do Araguaia que foi um massacre do exército a população local e aos guerrilheiros. Na década de 1980 o assassinato do Padre Josimo Tavares, no ano 1986, no escritório da Comissão Pastoral da terra (CPT) Araguaia Tocantins é um fato marcante. Um religioso que lutava contra as atrocidades dos fazendeiros, grileiros em relação as comunidades que viviam da extração de coco babaçu, de pequenas roças e sempre ameaçada em relação ao seu território.

Segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra) o estado do Tocantins teve sempre encontra-se no cenário em relação ao número de conflitos por terra como se pode observar que os municípios da região Norte e Bico do papagaio apresenta um total de 1557 de conflitos distribuído no ranking dos principais município em destaque.

Segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra) o estado do Tocantins teve sempre encontra-se no cenário em relação ao número de conflitos por terra nesse



Seminário Integrado Ciência e Sociedade

(Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

22 a 25 de novembro de 2022



cenário, os municípios da região Norte e Bico do papagaio apresenta um total de 1557 em 2016.

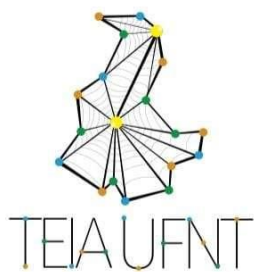
Em 2017 segundo dados da CPT O número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras destacam-se nos município de Araguaína/ Babaçulândia/ Filadélfia com 50 famílias envolvidas em conflitos, Barra do ouro 70 , Nova Olinda 30 famílias, Palmeirante 16, Santa fé do Araguaia 80 , totalizando ao todo 356 famílias envolvidas em conflitos no Norte do estado do Tocantins.

Em 2018 segundo o caderno de conflitos da CPT foram registrados no estado do Tocantins 43 ocorrências de conflitos agrários, além de 38 casos de disputa por terra, como também apresenta infelizmente 5 casos de trabalho escravo. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018). Em 2019 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou, 1.833 conflitos no campo, o número mais elevado dos últimos cinco anos e 23% superior ao de 2018. Em 2019 o número de assassinatos chegou a 32, o que representa quatro casos a mais do que no ano anterior. De acordo com organização, as disputas por terra impactaram a vida de 859.023 pessoas.

No ano de 2020, segundo dados do caderno de conflitos da CPT documentou e sistematizou 1.576 ocorrências de conflitos por terra, o maior número deste 1985. Os registros da CPT destaca os principais tipos de violências cometidos em 2020, " invasões " , " grilagem" e " desmatamento ilegal ". Foram vítimas por invasão 81.225 famílias, das quais 58.327 são indígenas (72%); 19.489 só sofreram grilagem (37% indígenas) e 25.559, desmatamento ilegal (60% indígenas).

No ano 2021 segundo o caderno de conflitos da CPT (Comissão Pastoral da terra) ocorreu 1.242 violências por terra no Brasil envolveram 164.782 famílias, número inferior ao registro em 2020 . Os 304 conflitos pela água atingiram 56.135 famílias e aproximadamente 224 mil pessoas. Os assassinatos somam 35 , um aumento de 75% em relação 2020 , quando 20 pessoas foram mortas. A maior parte das vítimas (10) era de indígenas, seguidos por Sem-terra (9) , posseiros (6 vítimas) , quilombolas (3 vítimas) quebradeira de coco de babaçu e assentados (2 vítimas cada) , pequenos proprietário (2 vítimas) e por fim , uma vítima aliada . Mas de dois terço do total de vítimas têm origem em população tradicionais.

A maior parte de violência por terra registrada em 2021 concentrou-se nas regiões Norte – com 488 Conflitos- e Nordeste- com 376, seguidas por Sudeste, Centrooeste e Sul.



Seminário Integrado Ciência e Sociedade (Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação 22 a 25 de novembro de 2022



Esta é uma realidade ainda presente no campo do Brasil, em que a violência são evidenciadas na imprensa São conflitos sociais e assassinatos de posseiros, líderes sindicais, presidente de associações, agentes pastorais, padres e advogados – essa é a história fundiária do Brasil pautada nos conflitos sociais no campo há mais de 500 anos de ocupação deste território pelos portugueses.

V. Considerações Finais

A distribuição desigual de terras desencadeia uma série de conflitos no meio rural. Devido muitas terras está nas mãos de um ou de poucos com isso causa violência e diversos conflitos. Nem todos trabalhadores e trabalhadoras que vivem da terra possui condições de pagar pela terra e muitas vezes pagam com suas próprias vidas ou são submetidos a trabalhar para gerar lucro para seus senhores.

Esta pesquisa de acordo com dados disponibilizados pela CPT mostra os índices de disputa e conflitos pela terra na região Norte/ Extremo do Tocantins com números relevantes e assustadores. A CPT também apresenta dados de conflitos por terras onde todos os anos morrem camponeses, posseiros, indígenas, ribeirinhos, extrativista que são expulsos de suas propriedades ou/e torturados, presos ou são expostos a trabalhos análogos a escravidão.

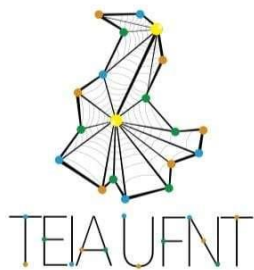
Os dados da CPT relatam claramente a urgência de uma reforma agrária, vidas estão sendo dilaceradas, ameaçadas, humilhadas e mortas se não for feita uma reforma agrária com direitos fundamentais que garanta segurança e que der suporte para essas famílias trabalhadoras e trabalhadores que moram no campo e que dependem dele para sua sobrevivência.

VI. Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. M. **Introdução á metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAGÓN . L. E. **mobilidade geográfica e ocupacional do norte de Goiás** : um exemplo de migrações por sobrevivências . Cadernos Naea. Belém: Universidade do Pará, n: 6 p. 89-105 , jun- 1981

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cadernos de Conflitos no Campo. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. Expressão Popular. SP, 1985-2014.



Seminário Integrado Ciência e Sociedade

(Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação

22 a 25 de novembro de 2022



CPT- Comissão Pastoral da Terra. Justiça cega no Tocantins: moradores históricos da Gleba Tauá podem ser expulsos de suas terras. Disponível: www.cptnacional.org.br Acesso: 30/03/2021

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Justiça cega no Tocantins: moradores históricos da Gleba Tauá podem ser expulsos de suas terras. Disponível: www.cptnacional.org.br Acesso: 30/03/2021

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos por terra no Brasil. Disponível em: <
<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/cpt/3764-tocantins-registra-aumento-de-209-nos-conflitos-agrarios-em-2016-aponta-cpt>.
<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4980-cpt-promove-debate-sobre-conflitos-agrarios-na-uff-em-araguaina> Acesso em: dezembro de 2020.

FERNANDES , BERNARDO Mançano . O MST é as reformas agrárias do Brasil. In: **Revista NERA** Ano IX Nº 24- outubro de 2008. pp. 74- 85

FERNANDES, B. M. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

LOPES, A. P. **Escravidão por dívida no Tocantins- Brasil**: vidas dilaceradas. Curitiba: Appris editora, 2018.

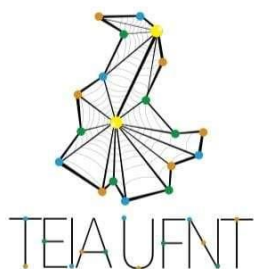
MARTINS , J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis-Rj: Editora vozes Ltda, 1981

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporânea**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000

SAQUET, M.A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.



Seminário Integrado Ciência e Sociedade
(Entre)tecendo o diálogo entre ensino, pesquisa, extensão e inovação
22 a 25 de novembro de 2022

